



CAMARA DOS DEPUTADOS

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO Nº , DE 2009.
(Do Sr. Ronaldo Caiado)

Solicita realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para discutir os motivos da mudança no comando do Banco do Brasil S/A, sendo **convocado** o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; e **convidado** a participar do debate o Sr. Antônio Francisco de Lima Neto, ex-Presidente daquela instituição.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, *caput*, da Constituição Federal e na forma do art. 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a **convocação** do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega e, bem como, com base no art. 58, § 2º, V da Constituição Federal e dos arts. 24, IV e VII, art. 32, IV, “d” e 255 a 258 do Regimento Interno, seja **convidado** a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. Antônio Francisco de Lima Neto, ex-Presidente do Banco do Brasil S/A, a fim esclarecerem os motivos da mudança no comando desta instituição financeira em 8 (oito) de abril de 2009.



JUSTIFICAÇÃO

Matérias jornalísticas sobre a demissão do Sr. Antônio Francisco de Lima Neto da presidência do Banco do Brasil apontaram que a causa do seu afastamento decorreu da *"pura incompatibilidade com as políticas do governo"* (sítio eletrônico – abril.com.br, em 08.04.09).

Outras versões da imprensa sugeriram que a motivação da saída do presidente do Banco do Brasil seria a aquisição de instituições financeiras com baixa qualidade patrimonial, na esteira da MP 443, de 2008.

Seja de que maneira for, é grave e preocupante que o poder político nacional esteja interferindo na condução dos negócios financeiros de instituições bancárias oficiais e de fomento, pela substituição casuística de seus dirigentes, com fundamentos estritamente políticos, em vez de econômicos e sociais.

Não surpreende, portanto, o pronunciamento do Presidente Lula de que não haveria *"nenhuma necessidade de o spread bancário ter subido tanto no Brasil de julho pra cá. Estamos numa fase em que o Banco Central e a Fazenda estão estudando isso e obviamente que quem tem bancos públicos, como tem o Brasil, pode começar essa tarefa de reduzir as taxas de spreads bancários"*.

Em consequência, o valor das ações do Banco do Brasil caíram expressivamente, espelhando a insegurança que esse tipo de postura presidencial incute no cenário econômico brasileiro, em prejuízo de todos.

À luz desse quadro, é fundamental que a população brasileira, por meio do Congresso Nacional, receba explicações sobre a conduta de nossas autoridades.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado Ronaldo Caiado
Líder do Democratas